



José Gabriel Ávila*

Rentrée política

1. Férias terminadas, escolas abertas, recomeçou a atividade política e educativa no arquipélago, embora por todo o lado ainda girem visitantes estrangeiros gozando o estio que, este ano, teima em continuar.

As agendas político-partidárias retomam temas antigos que mantêm a sua acuidade. Nestes, englobo a saúde e as questões demográficas, nomeadamente o envelhecimento populacional e a cada vez mais grave falta de mão de obra que só a imigração conseguirá superar.

Estas últimas são questões que influenciam o viver nas ilhas mais pequenas (e não nas mais periféricas, porque todas elas são ultraperiféricas) de uma forma determinante. Saúde e envelhecimento populacional andam de braço dado pelas piores razões: falta de cuidados de saúde diferenciados e isolamento incapacitante de quem opta por permanecer no próprio domicílio.

O envelhecimento da população é, presentemente, uma questão social tão grave que não se resolve apenas com instituições e instalações de cuidados continuados, com lares ou com serviços de apoio ao domicílio.

O idoso, para sentir-se útil à família e à sociedade, deve fazer parte delas, ser reconhecido pelos contributos prestados, pelas suas aptidões e capacidades, o mesmo é dizer, pela sua estória de vida.

É por isso que mais do que equipamentos novos modernos e funcionais, o idoso requer especial atenção da comunidade para a eliminação das barreiras arquitetónicas, atenção às suas maleitas e sobretudo uma grande dedicação dos cuidadores familiares ou outros.

Qualquer sociedade que cuide, respeite, dê atenção e dignifique os idosos zela pela dignidade humana e pelo bem-comum. Infelizmente estamos longe desse desígnio coletivo.

Gualter Furtado, em fim de mandato como Presidente do Conselho Económico e Social colocou na sua agenda as questões sociais acima referidas como prioritárias. Todavia, não obteve a resposta devida, o que é incompreensível.

Ao defender-se que se deve “abrir um novo ciclo sobre a perspetiva e perfil do mandato do CESA mais ligado às questões sociais” e que a futura atividade “nada tem a ver com o que foi feito nos últimos anos” é desconhecer o que o anterior Conselho propôs ao poder político de fazer.

A história das instituições, sejam elas quais forem, faz-se do passado, do presente e do futuro, e não apagando o pouco ou muito desempenho dos seus responsáveis.

Oxalá que a futura Presidente do CESA, Piedade Lalanda, cidadã dinâmica, com provas dadas, lutadora e comprometida com as necessárias mudanças sociais, defensora dos direitos humanos, da igualdade, da justiça e da integração das camadas mais periféricas da sociedade, consiga despertar a consciência de empresários, políticos, governantes e da sociedade em geral para as tarefas urgentes que os Açores enfrentam: a demografia e o envelhecimento populacional, as migrações, a prestação de cuidados de saúde e o desenvolvimento económico e social.

2. Na próxima semana o PS Açores vai realizar, em Ponta Delgada, o XIX Congresso Regional. Na ocasião, o novo líder socialista apresentará a sua moção de orientação de política global intitulada: Um Novo Futuro.

O documento, com 72 páginas, irá ser escalpelizado e debatido pelos congressistas, pois contém algumas novidades em matéria de saúde, por exemplo, sem descer a pormenores de localização e ação.

Noutras áreas é omissivo, como é o caso da ampliação do aeroporto do Pico – ao contrário do aeroporto das Lajes, para o qual propõe um “plano de modernização e expansão gradual do aeroporto civil das Lajes”, “reforçando o seu papel como infraestrutura gateway para os Açores” e “transformando-o numa base de manutenção aeronáutica no meio do Atlântico”(p.26).

Já que falámos da Terceira, é de lá a nova Presidente do Grupo Par-

lamentar do PS (23 deputados), Andreia Cardoso, personalidade com currículo no desempenho de diversas funções públicas. Substitui no cargo João Castro que, desde 02/05/2024 não desempenhava a função de deputado, consoante informação do sítio da ALRA. Trata-se de uma figura pública faialense, pois foi Presidente da Câmara Municipal da Horta entre 2004 e 2013 e deputado à Assembleia da República entre 2019-2024. Esperava, por isso que o PS desse uma explicação sobre a sua saída do cargo de Presidente do Grupo Parlamentar do PS e de deputado regional.

Um partido que “precisa de se revigorar internamente” e se quer “de portas abertas a todos aqueles que querem participar na construção de Um Novo Futuro para os Açores” (pg 70 da Moção), devia ter justificado a substituição.

Não se veja nesta crítica um recado a pedido, muito menos um re- moque. A informação deveria ter sido prestada com toda a simplicidade e transparência, para afastar o diz-se-diz-se e os comentários de feição que minam a unidade na diversidade de opiniões que devem existir nas instituições.

Francisco César tem uma tarefa enorme pela frente para “revigorar internamente [o PS], atrair novas pessoas (...) congregar os militantes que se afastaram da participação” e “retomar o caminho da proximidade entre dirigentes e militantes e entre estes e as forças vivas e dinâmicas que existem em cada freguesia açoriana.”

Os Açores necessitam de uma oposição inteligente, dinâmica, sensata e credível, com projetos alternativos consistentes, modernos e realizáveis.

A crítica pela crítica a que a oposição é useira e vezeira, não mobiliza nem convence os cidadãos. Estes acreditam mais em ações do que em palavras mais ou menos inflamadas.

Os tempos que atravessamos merecem a melhor atenção e empenho dos que se propõem defender a causa pública e o bem-comum, com dedicação e espírito de serviço à comunidade. De contrário, o povo não lhes dará crédito.

